

A trajetória da United Fruit Company na Costa Rica¹

Amina Maria Figueroa Vergara²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar as estruturas da *United Fruit Company*, grande empresa estadunidense exportadora de produtos tropicais, que atuou em diversos países da América Latina, principalmente durante as três primeiras décadas do século XX. Analisando o caso específico da Costa Rica, país onde a empresa foi fundada ainda em fins do século XIX, este trabalho discorre sobre a situação político-econômica do país no momento em que a Companhia é criada, suas origens e a trajetória de seu idealizador, a estrutura interna da empresa e sua relação com a terra e os trabalhadores.

Palavras-chave: Costa Rica, United Fruit Company, *Compañía Bananera*, economia de exportação.

Abstract: This paper aims to present the structures of the United Fruit Company, a relevant American company which exported tropical products and acted in many countries of Latin America, mainly during the three first decades of the twentieth century. Analyzing the specific case of Costa Rica, where the company was founded in the nineteenth century, this work dicourses about the political-economic situation of Costa Rica when the Company was created, its origins and a brief life's trajectory of its planner, the internal structure of the Company and its relation with the land and the workers.

Keywords: Costa Rica, United Fruit Company, *Compañía Bananera*, exportation economy.

¹ O presente artigo tem como base minha monografia de final de curso apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – UFF em julho de 2005, para obtenção do Grau de Bacharel em História, orientada pelo Prof. Dr. Norberto Ferreras e tendo como leitora crítica a Prof. Dra. Cecília Azevedo, de Eixo Cronológico Contemporâneo e Eixo Temático Cultura e Mentalidades. Apesar de iniciar minha pesquisa a partir do *Cien Años de Soledad* de Gabriel Garcia Márquez, a monografia baseou-se em outro romance: “*Mamita Yunai*” de Carlos Luís Fallas, autor costarricense, o qual foi trabalhador da *United Fruit Company*. Dei maior ênfase ao caso da Costa Rica, pois foi onde se fundou a empresa ainda em fins do século XIX. O referido trabalho compõe-se de uma história da Costa Rica desde sua colonização pela Espanha até sua independência e formação da república, o funcionamento da *United Fruit Company* dentro de uma economia de exportação e a apresentação da novela histórica *Mamita Yunai*.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo - USP. Orientanda do Prof. Dr. Júlio César Pimentel, com o projeto intitulado "A United Fruit Company e a Guatemala de Miguel Angel Asturias", onde dou continuação ao trabalho iniciado na monografia. Utilizando como fonte a *Trilogia Bananera* de Asturias: *Viento Fuerte, El Papa Verde, Los Ojos de los Enterrados* e tendo como metodologia a relação entre Literatura e História para narrar a ação da United Fruit Company na Guatemala. aminaverg@gmail.com

La United Fruit Co.

*Cuando sonó la trompeta, estuvo
todo preparado en la tierra
y Jehová repartió el mundo
a Coca-Cola Inc., Anaconda,
Ford Motors, y otras entidades:
la Compañía Frutera Inc.
se reservó lo más jugoso,
la costa central de mi tierra,
la dulce cintura de América.
Bautizó de nuevo sus tierras
como “Repúblicas Bananas”,
y sobre los muertos dormidos,
sobre los héroes inquietos
que conquistaron la grandeza,
la libertad y las banderas,
estableció la ópera bufa:
enajenó los albedríos,
regaló coronas de César,
desenvainó la envidia, atrajo
la dictadura de las moscas,
moscas Trujillo, moscas Tachos,
moscas Carías, moscas Martínez,*

*moscas Ubico, moscas húmedas
de sangre humilde y mermelada,
moscas borrachas que zumban
sobre las tumbas populares,
moscas de circo, sabias moscas
entendidas en tiranía.*

*Entre las moscas sanguinarias
la Frutera desembarca,
arrasando el café y las frutas
en sus barcos que deslizaron
como bandejas el tesoro
de nuestras tierras sumergidas.*

*Mientras tanto, por los abismos
azucarados de los puertos,
caían indios sepultados
en el vapor de la mañana:
un cuerpo rueda, una cosa
sin nombre, un número caído,
un racimo de fruta muerta
derramada en el pudridero.*

(Pablo Neruda, *Canto General*, p. 492-493)

*

O investimento de capital estrangeiro que possibilitou a fundação e a permanência da empresa estadunidense exportadora de bananas United Fruit Company, na Costa Rica, em fins do século XIX, se apresentou de caráter distinto ao investimento de capital inglês, que no mesmo período, se fazia amplamente presente na construção de ferrovias ou instalação de redes elétricas em diversos países da América Latina.

Era a primeira vez que uma empresa tinha cem por cento de sua produção voltada para o mercado externo, o que teve, como consequência, o subdesenvolvimento de uma indústria interna nos países em que esteve presente. Era a primeira vez, também, que se

verificava uma mudança da relação com a terra e sua exploração, em comparação com a plantação cafeeira, por exemplo. Apesar de continuar sendo uma monocultura, não consistia em um sistema de *plantation*. Ou seja, de início, não eram preciso áreas de terra para se cultivar os bananais – as primeiras árvores, por exemplo, foram plantadas às margens de uma ferrovia em construção – e os investimentos no preparo da terra eram baixos, como será explicitado mais adiante.

A United Fruit Company pode ser considerada como uma das primeiras multinacionais instaladas em um país periférico. Importou mão-de-obra estrangeira, institucionalizou o racismo entre seus trabalhadores (no caso da Costa Rica) e explorou a terra e o homem centro-americanos por longos anos.

O presente artigo tem por objetivo apresentar a trajetória da United Fruit Company na Costa Rica. Pelo lado econômico, procura abordar a relação entre a constituição de governos liberais na Costa Rica em fins do século XIX e certa facilidade com que a empresa estadunidense se instalou no país. E, ainda, visa mostrar a dinâmica de exploração da terra adotada pela empresa e suas conseqüências para as áreas exploradas, assim como a dinâmica de uma economia de exportação e suas conseqüências para o (sub-) desenvolvimento de uma indústria interna. Pelo lado social, procura analisar a política de importação de mão-de-obra e as condições de trabalho geradas pela empresa, além das relações sociais travadas entre trabalhadores de origem hispânica, trabalhadores negros, uma “elite negra” e a classe média branca costarriquenha.

*

As Reformas Liberais do século XIX

Entre 1849 e 1870, o poder estatal costarriquenho encontrou-se nas mãos da oligarquia cafeeira, constituindo-se governos conservadores. A partir de 1870, Tomás Guardia retomou a aplicação de reformas de caráter liberal iniciadas por Braulio Carrillo. Com evidente influência do pensamento positivista, tais reformas visaram ao desenvolvimento da economia de exportação, à reorganização da propriedade da terra e à

aplicação de nova legislação relativa à mão-de-obra na produção cafeeira. Além de eliminar definitivamente a Igreja como agente do poder, Guardia submeteu as oligarquias cafeeiras ao domínio do Estado Nacional – o que não quer dizer que os produtores de café deixaram de ter seus interesses atendidos pelo governo – ao mesmo tempo em que abriu as portas para o capital financeiro estadunidense.

Governos liderados por militares predominaram no poder entre os anos de 1874 e 1882. No entanto, formavam grupos “esclarecidos” que contavam com o apoio de profissionais civis e intelectuais, sempre com o intuito de modernizar o país e prepará-lo para a vigência de uma democracia participativa. (BRIGNOLI, 1997, p. 99)

Entre 1882 e 1936, o poder oscilou entre liberais e conservadores – alguns corruptos e pouco democráticos, porém todos deram certa continuidade às medidas de modernização – salvo em 1917, quando o então Secretário de Guerra, Frederico Tinoco, protagonizou um golpe de Estado. Tinoco representava os interesses das oligarquias cafeeiras, mas o não-reconhecimento de seu governo pelos Estados Unidos, bem como as pressões populares, o fizeram renunciar em 1919.

A partir do segundo decênio do século XX, os governos de Ricardo Jiménez e Cleto González (1924-1928 e 1928-1932, respectivamente) podem ser considerados como o apogeu do ideal liberal (BRIGNOLI, 1997, p. 106). Ambos os governos comportavam uma elite formada por profissionais liberais, intelectuais, comerciantes e empresários do setor agrícola. Neste mesmo período, verificou-se a formação do *Partido Reformista* em 1923, constituído por intelectuais e líderes sindicais, todos em prol da “questão social” calcada em uma doutrina social cristã. Em 1931, fundou-se o *Partido Comunista*, influenciado pelas Revoluções Mexicana e Russa, o socialismo europeu e movimentos antiimperialistas. Entretanto, o Partido Comunista Costarriquenho apresentou-se de caráter peculiar ao romper com a III Internacional e dar origem ao “comunismo à la tica”³ (BRIGNOLI, 1997, p. 112).

³ O Partido Comunista Costarriquenho tem suas origens na crise mundial de 1929. Estabelecido em 1931, em poucos anos obteve grande popularidade e prestígio entre os cidadãos hispânicos, principalmente entre os trabalhadores da zona bananeira. Fundado por um grupo de estudantes de Direito vinculado a agremiações de artesãos e trabalhadores já existentes, internacionalmente o partido se declarava parte da III Internacional, mas na prática não era isso o que ocorria. Por conta da queda de Sandino na Nicarágua em 1931 e o fracasso de Farabundo Martí em El Salvador em 1932, o *Comintern* havia se retirado da América Central, deixando órfão o recém criado PC da Costa Rica. Esta independência do PC costarriquenho foi o que Héctor Brignoli denominou de *comunismo à la tica* (*tica*: originário da Costa Rica): “Este ‘comunismo à la tica’ que buscava

As Reformas Liberais que se verificaram na Costa Rica, assim como nos demais países da América Central, foram amplamente influenciadas pelas democracias constitucionais européias e estadunidense. Entretanto, o caso da Costa Rica se fez singular. As reformas políticas, que somente se apresentaram em fins do século XIX em Honduras, Guatemala, Nicarágua e El Salvador, já vinham sendo aplicadas na Costa Rica desde a década de 1830. De acordo com Ciro Cardoso, as bases sociais que sustentaram tais reformas foram os setores oligárquicos agro-exportadores, assim como estes foram seus principais beneficiados (CARDOSO e BRIGNOLI, 1977, p. 295). Além de objetivos como a modernização das estruturas econômicas e sociais, com o intuito de dar maior ênfase ao desenvolvimento das economias de exportação, as reformas conseguiram atrair capitais estrangeiros e assegurar relativa estabilidade política e institucional, mas não o fim definitivo dos conflitos internos.

Pode-se afirmar que a instalação e permanência da United Fruit Company na Costa Rica (que se deu no mesmo período da retomada das reformas liberais por Tomás Guardia, por volta da década de 1880), foi uma consequência dessas reformas de caráter liberal e da quase nula intervenção estatal na produção, comercialização e exportação de produtos agrícolas, pois “*su colaboración [do Estado] se limitó a facilitar la entrada de capitales extranjeros, a promover la constitución de empresas y a contratar empréstitos para tales actividades*” (CARDOSO e BRIGNOLI, 1977, p. 298). A não intervenção do Estado na economia, de fato, facilitou as atividades das empresas estrangeiras:

El librecombaio fue sin duda la política económica dominante. Se expresó en legislaciones aduaneras que gravaban la importación con un criterio puramente fiscal, proporcionando facilidades inauditas a las importaciones de las compañías extranjeras, y promoviendo la exportación de bienes primários. El proteccionismo a las industrias nacionales fue mínimo o inexistente, profundizando la destrucción de las actividades artesanas ocasionada por la libre importación de mercancías extranjeras. (CARDOSO e BRIGNOLI, 1977, p. 298)

respetar, de acuerdo con sus propulsores, las ‘tradiciones políticas y filosóficas’ del país, puede explicarse no sólo en un contexto político peculiar, el de la Costa Rica de ese entonces, sino también como un síntoma inequívoco de un ideal nacional particularmente desarrollado” (BRIGNOLI, 1997, p. 112). Em 1932, o Partido realizou diversos protestos sob o olhar atento da Companhia, mas foi durante a greve de 1934 que se firmou como principal representação do proletariado costarricense.

Sendo assim, a instalação e afirmação de empresas estrangeiras na Costa Rica e o alto investimento de capitais externos se apresentaram diretamente ligados ao livre comércio característico de um Estado economicamente liberal.

É este o cenário político-econômico que se encontrava na Costa Rica quando a United Fruit Company foi fundada. O grande investimento de capitais estrangeiros, embora trouxesse benefícios a curto prazo para o governo, gerou dívidas mais adiante. Esta foi a brecha para Minor Keith, um dos fundadores da United Fruit Company, instalar-se na Costa Rica, assumindo dívidas estatais e estabelecendo uma forte relação de dependência econômica entre o governo costarricense e sua empresa.

A United Fruit Company⁴

Em 1871, um jovem estadunidense de apenas vinte e três anos se iniciava no mundo dos negócios participando da construção de uma estrada de ferro num ponto marginal da América Central. Pouco menos de trinta anos depois, tal empreendimento já tinha se transformado num império comercial. Logo em seguida, este mesmo jovem casou-se com a filha do presidente de um país centro-americano, ganhando o título de “rei sem coroa da América Central”. Minor Keith era seu nome e seu “reino” iniciou-se na Costa Rica.

Conforme a construção da estrada de ferro avançava, Keith plantava bananas às margens da ferrovia sem muitas expectativas, apenas como complemento na alimentação dos trabalhadores. As plantações vingaram e tornou-se economicamente viável transportar bananas para os Estados Unidos. Dez anos mais tarde, Keith possuía um pequeno império e havia se associado ao Capitão Lorenzo Baker e a um empresário de Boston, Andrew Preston, donos da *Boston Fruit Company*⁵. Em 1899, a Boston Fruit Company e a empresa

⁴ A *United Fruit Company* recebeu algumas denominações de seus trabalhadores, como: *Yunai* (corruptela de United) e *La Frutera*. Termos como a *Companhia*, a *United* ou a *UFCo*, que aparecerão neste artigo, fazem referência à *United Fruit Company*. Outras companhias coexistiram com a *United Fruit Company*, tais como *Standard Fruit*, *Steamship Corporation*, *Atlantic Fruit and Sugar Company* e *Di Giorgio Fruit Corporation*, mas a primeira obteve, por um bom tempo, o monopólio da exportação de bananas, sempre comprando, fundindo ou conglomerando as companhias concorrentes.

⁵ Em 1870 o Capitão Lorenzo Dow Baker, comandante do navio *Telegraph*, levou como carga extra para Jersey City, em Boston, um carregamento de bananas providas da Jamaica, o qual vendeu a muito bom preço. Também em Boston, o dono de uma pequena firma Andrew Preston, observou o grande consumo de frutas tropicais nos Estados Unidos e propôs sociedade ao Capitão Baker. Baker que era um bem sucedido

de Keith se fundiram formando a United Fruit Company com plantações em toda a América Central e Caribe, além de Colômbia, Venezuela e Equador.

O jovem, que um dia seria o detentor de um dos maiores impérios econômicos da América Central e Caribe, nasceu na Nova York do século XIX, mais precisamente em 1848, no Brooklyn. Minor Cooper Keith era filho de Minor Hubbell Keith, um próspero comerciante de móveis antigos e de Emily Meiggs, irmã do construtor de ferrovias, Henry Meiggs. Frequentou colégio particular até os dezesseis anos quando se mudou para o Texas em 1869 a fim de administrar uma fazenda de gado, presente dado por seu pai. Abandonou o negócio em 1871, quando seu tio Henry Meiggs o convidou para trabalhar sob um contrato firmado com o governo costarriquenho na construção de uma ferrovia ligando a capital San José, no interior, ao porto de Limón, na costa atlântica. Meiggs já havia obtido sucesso na construção da *Ferrovia Callao-Lima* e na *Ferrovia Oreja*, ambas no Peru, alguns anos antes. Logo em seguida, Keith e seus dois irmãos deram início ao trabalho na construção da ferrovia.

Durante os primeiros quilômetros de trilho, Meiggs e os sobrinhos enfrentaram algumas dificuldades, entre as quais a de abrir caminho dentro de uma floresta fechada. As doenças tropicais e as difíceis condições de trabalho aumentaram os custos da obra vertiginosamente. Cerca de quinhentos homens morreram durante a construção, inclusive Meiggs e os irmãos de Keith, que persistiram na construção apesar de todos os obstáculos, como a má reputação da ferrovia devido ao grande número de mortes relacionadas a sua construção, o que dificultou a contratação de novos trabalhadores. Como solução, Keith contratou ex-presidiários de Nova Orleans, porém apenas alguns poucos sobreviveram às péssimas condições de trabalho, além de trazer imigrantes italianos da Louisiana, que se rebelaram tão logo tomaram conhecimento do quadro assustador.

A partir de 1882, o governo costarriquenho cortou a verba de Keith que, como saída, contraiu um empréstimo com o governo inglês, o que permitiu que terminasse a ferrovia em 1890. Ferrovia terminada, Keith enfrentou outro problema: o dinheiro adquirido com as passagens era insuficiente para saldar suas dívidas. A solução encontrada foi a exportação das bananas que vinham sendo plantadas desde 1873. O empreendimento

membro da *Standart Steam Navigation Company* e convenceu Preston a organizar uma agência independente. Em 1885, a *Boston Fruit Company* foi fundada. (MAY e PLAZA, 1958, p.5)

deu tão certo que, dez anos mais tarde, Keith havia quitado seu empréstimo com o governo inglês e possuía três empresas de exportação de bananas. Em 1890, a ferrovia somente realizava o transporte das frutas.

Ainda na década de 1890, Keith tornou-se muito influente entre a elite costarriquenha, – a ponto de casar-se com Cristina Castro, filha do presidente José Maria Castro (KEPNER e SOOTHILL, 1957, p. 52) – assumindo a dívida do governo com os bancos ingleses e tornando-se o principal mediador entre ambos. Através da *Colombian Land Company*, expandiu seus negócios para a região de Madalena, na Colômbia. Em 1899, Keith dominava a indústria bananeira na América Central. Em março de 1899, Keith, Andrew Preston e Lorenzo Baker, através da fusão de suas empresas, fundaram a United Fruit Company.

Keith possuía a rede ferroviária na Costa Rica, quase todas as plantações da América Central e controlava o mercado de banana do sul dos Estados Unidos. Por outro lado, Preston dominava as plantações nas Antilhas, era dono do vapor frigorífico *Great White Fleet* e controlava o mercado de banana do norte dos Estados Unidos. Já no século XX, em 1908, Keith terminou o trecho ferroviário entre Puerto Barrios e Ciudad de Guatemala e desta cidade até a costa do Pacífico, que em 1911 se estendeu até a costa mexicana. Ainda em 1911, toda a malha ferroviária construída por Keith passou a se chamar *International Railways of Central America* (IRCA). Keith não chegou a presenciar a crise mundial de 1929, morreu no mesmo ano.⁶

A estrutura da empresa

Faz-se importante mostrar que a United se firmou, no caso da Costa Rica, como uma empresa de produção para exportação. Além da concessão de vastos montantes de terras à UFCo, dada pelo governo costarriquenho, a Companhia possuía o monopólio dos meios de comunicação e transporte, – ao assumir a dívida do país perante os bancos ingleses, Minor Keith recebeu em troca o monopólio das ferrovias pelo período de 99 anos (FACIO, 1972, p. 54) – estava isenta do pagamento de impostos, inclusive e principalmente

⁶ Todas as informações biográficas foram retiradas de FACIO, 1972, p. 42 e MAY e PLAZA, 1958, p. 5-8.

na exportação, tinha sua própria frota de vapores frigoríficos e, por fim, monopolizava o mercado estadunidense. Os pequenos proprietários costarriquenhos, mesmo soberanos em suas fincas, não podiam exportar sua produção diretamente aos mercados internacionais, sendo obrigados a vender toda sua produção à United e assim acatar as condições da Companhia, que quase sempre lhes eram desfavoráveis.

O conceito de produção agrícola tropical destinada à exportação pode se aplicar tanto às plantações escravistas do período colonial quanto às modernas empresas açucareiras, cafeeiras ou bananeiras. No entanto, estas últimas diferenciam-se das primeiras principalmente pelo alto investimento de capital estrangeiro:

As poderosas companhias bananeiras, com interesses estendidos a uma gama muito variada de atividades (plantations, ferrovias, linhas de navegação, bancos, empresas de comunicação) passaram a ter um papel cada vez mais relevante. Como interlocutores dos governos centro-americanos, tenderam a representar o conjunto dos interesses imperialistas do capital estrangeiro. (BRIGNOLI, 1983, p.49).

Outro fator importante para o funcionamento de uma economia de exportação, no caso mais específico das plantações de banana, é que as tarefas de direção e administração são efetuadas por pessoas com alto grau de especialização, enquanto que as tarefas mais “brutas”, por assim dizer, empregam uma grande massa de mão-de-obra com pouca ou nenhuma instrução (CARDOSO e BRIGNOLI, 1977, p.275). Além disso, a empresa sempre estará ligada a uma grande corporação internacional e o monopólio de todas as fases da produção e comercialização tem como consequência uma brutal verticalização hierárquica dentro da empresa. De acordo com Ciro Cardoso e Héctor Brignoli, as monoculturas são um caso particular de *economia de enclave*, a qual geralmente apresenta efeitos danosos aos demais âmbitos da economia nacional de um país. Uma economia de enclave se define pela atuação de “(...) empresas de propiedad extranjera que tienen intereses en varios países, y que ejercen un alto grado de control tanto en las fases de producción como de la comercialización de los productos.” (BRIGNOLI, 1997, p. 291)

O sistema de exportação, estabelecido pela UFCo, não forneceu nenhum benefício econômico concreto e duradouro às áreas que explorou. Embora a empresa investisse, em um primeiro momento, em uma infra-estrutura para seus trabalhadores (como habitação, educação, saúde e etc.), nada era permanente. Nenhuma parte do capital gerado pela

Companhia foi reinvestida nos países em que ela atuou, a não ser na estrutura interna da própria empresa, o que por sua vez demandava muito pouco investimento, pois ela mesma controlava todas as fases da produção e comercialização. Além disso, os salários pagos aos trabalhadores eram ínfimos e o investimento no cultivo da banana era baixíssimo:

Para comenzar un cultivo de banano, toda la madera y arbustos deberán cortarse en el suelo hasta que el sol de la estación más calurosa los haya secado completamente; luego se queman. Entonces los tallos que cuestan de \$ 1.00 a \$ 1.50 el ciento, son sembrados en hoyos cavados en el suelo dejando unos 15 pies de distancia entre uno y otro, em todas la direcciones, lo que permite alrededor de doscientas a doscientas cincuenta plantas por acre. Nada más se hace excepto cortar la maleza y las hierbas con el machete para cultivar la tierra y mantenerla cuidadosamente limpia (...). (Oficina Internacional de Repúblicas Americanas, *Honduras, A Handbook*, Boletín n° 57, 1892, revisado en marzo de 1894, Washington, Government Printing Office, 1895, p.36, in, CARDOSO e BRIGNOLI, 1977, p.276).

O principal efeito que uma maior ênfase em uma economia de enclave pode causar ao restante da economia nacional é o descaso do governo para com o desenvolvimento da produção interna. Um grande deslocamento de investimento e mão-de-obra para as zonas bananeiras da Costa Rica causou a redução dos mesmos na produção de artigos de primeira necessidade, o que por consequência fez com que tais produtos escasseassem e seu valor aumentasse (FACIO, 1972, p. 59). Por conta do alto grau de monopolização das atividades de uma indústria bananeira, fez-se difícil em alguns países centro-americanos o desenvolvimento de uma indústria manufatureira forte e competitiva. A elite costarriquenha adquiria tais manufaturas do mercado europeu, enquanto que os trabalhadores eram obrigados a comprar os produtos que as próprias companhias fabricavam:

La Standard Fruit Company [em Honduras] instala desde los años 1920 ingenios, fábricas de licores, aceite, manteca vegetal, jabón y abonos, elaborados a partir de semillas de algodón, cocos, y otros productos agrícolas cultivados en sus propias plantaciones, o adquiridos a agricultores locales. (...). (CARDOSO e BRIGNOLI, 1977, p. 292)

Até mesmo o desenvolvimento urbano, durante a década de 1920, dependia quase que diretamente da dinâmica das economias de exportação, por conta das grandes companhias bananeiras, por exemplo, serem detentoras dos meios de transporte, comunicação, escolas e hospitais. Segundo Héctor Perez Brignoli, os traços gerais da estrutura social gerada pelo desenvolvimento agro-exportador foram

o predomínio e grande concentração de poder por parte dos fazendeiros; tendência à expropriação do campesinato indígena, sendo imposta uma reorganização da propriedade fundiária que as massas jamais aceitaram como legítima; uma elevada dose de violência exigida pelo próprio funcionamento das instituições econômicas e políticas; forte polarização de classes, notando-se a debilidade estrutural dos setores médios emergentes. (BRIGNOLI, 1983, p. 56)

Os locais de plantação ou *distritos bananeiros* (KEPNER e SHOOTHIL, 1957, p. 34) da United eram como “mini-cidades”, com comércio, assistência médica, habitações e alojamentos para os trabalhadores, sistemas de transporte e comunicação próprios. Com estradas de chão para passagem de carros e carroças, que não só transportavam bananas, como passageiros, alimentos e diversos tipos de produtos manufaturados. Comportava quilômetros de linhas férreas, postos telegráficos e de correios e estações de rádio (KEPNER e SHOOTHIL, 1957, p. 34-35):

The United Fruit Company was interested in building railroads for the service of its banana operations; the lines would logically follow the shortest good route from the port or connecting line to the banana plantation. (MAY e PLAZA, 1958, p. 11)

As early as 1903, Preston and Keith became interested in radio. Pioneering in wireless communication was expensive and not always successful. Static and tropical storms were a constant problem. In 1904, United was first to put commercial radio on shipboard. At last in 1910, uninterrupted radio communication between the United States and Central America was formally established. In 1913, Tropical Radio Telegraph Company was incorporated as a subsidiary of United Fruit. (MAY e PLAZA, 1958, p. 18)

Além destes *distritos bananeiros*, era necessária uma enorme estrutura no transporte da banana das plantações até os portos e todo um cuidado para embarcar a fruta. Por conta de a banana ser uma fruta altamente perecível, uma vez cortados os cachos, deveriam ser transportados imediatamente. Em seguida, eram levados de trem até as plataformas portuárias e colocados sobre uma esteira, recebendo um primeiro jato de água a fim de retirar resíduos de agrotóxico. Cada cacho era mergulhado de sete a oito vezes em uma solução de ácido muriático, com o objetivo de matar qualquer tipo de inseto que ainda houvesse resistido. Recebiam um segundo jato de água, os produtos eram secos e empacotados um por um em sacos com pequenos furos que proporcionavam ventilação

evitando que a fruta apodrecesse. Todo o processo para exportação da banana, desde o corte até o empacotamento e carregamento em navios frigoríficos, durava entre 24 e 36 horas. (MAY e PLAZA, 1958, p. 95-97)

A exploração da terra

A Costa Rica apresenta uma grande diversidade geográfica. Na região do Valle Central, onde está a capital San José, há uma imensa cordilheira vulcânica. A leste dessa cordilheira se encontram as terras baixas cercadas por uma densa floresta tropical quente e úmida. A oeste também há floresta, mas de clima seco. Ao sul do Valle Central estende-se a cordilheira de Talamanca, onde em ambos os lados se localizam pequenos vales de clima cálido e úmido. (BRIGNOLI, 1983, p. 14)

As duas costas do país, tanto a atlântica quanto a pacífica, eram os melhores terrenos para a plantação de banana. Minor Keith formou os primeiros latifúndios na cidade portuária de Limón, na costa atlântica. Mesmo que, a princípio, tenha sido “por acaso”, os primeiros cachos de banana nunca teriam vingado na mata fechada ou na região vulcânica, mas, se ainda assim a plantação fosse bem sucedida, seria quase impossível transportá-la para as costas.

A UFCo foi criada em 1899, mas a empresa e o governo da Costa Rica somente firmaram um contrato formal em 1910 – onde a United passaria a pagar um centavo de dólar por cacho de banana exportado – , que expiraria em 1930 (HARPELLE, 2000, p. 1). Ainda nos primeiros anos do século XX, as exportações de banana começaram a se elevar chegando ao seu ápice em 1925 com a exportação de milhões de dólares em mercadoria, decaindo logo em seguida por conta da crise mundial de 1929 (FACIO, 1972, p. 55). Já em 1930, com o fim do acordo entre a companhia e o governo, a United começou a ensaiar o deslocamento de suas atividades da costa atlântica para a costa pacífica.

Mesmo as terras costeiras, sendo as melhores para a plantação de bananas, consistiam em uma área quase que intocada até então. Por conta disso, necessitavam serem trabalhadas, o que demandava força de trabalho e a aplicação de técnicas agrícolas mais

sofisticadas. A necessidade de mão-de-obra para o cultivo da banana deu início à criação de cidades em torno das plantações.

Acontece que no cultivo da banana, a terra pode se esgotar em um período de 15 anos, o que fazia com que a Companhia abandonasse a terra, assim como toda a estrutura formada ao seu redor, negligenciando milhares de trabalhadores. O sistema agrícola desenvolvido pela Companhia em suas terras pode ser denominado como *agricultura de coivara* (BRIGNOLI, 1983, p. 13-14). Este sistema consiste em abrir com machado uma clareira na floresta e, em seguida, incendiar as árvores caídas e a vegetação menor para que o terreno fique limpo e para que as cinzas fertilizem a terra. Entretanto, em uma zona tropical, eliminada a vegetação natural, as chuvas em poucos anos carregam a camada superficial de solo fértil, forçando os agricultores a abandonarem a clareira cultivada para que nela se reconstitua o bosque, onde se formará novamente uma camada fértil sobre a terra. Somente depois de muitos anos, o terreno plantado anteriormente pode voltar a ser cultivado. Além disso, a terra onde se plantava banana nunca passava por um período de descanso ou nela se introduziam outras culturas.

Outro motivo para a mudança das atividades bananeiras para a costa pacífica foi a propagação de pragas nos latifúndios. O fungo *Sigatoka* e a *Doença do Panamá*⁷ foram as que mais atacaram as plantações. Os fungos, que se propagavam através do ar, eram de difícil erradicação, pois mesmo depois de eliminadas as árvores doentes, o solo ainda permanecia um bom tempo contaminado, muito por conta do clima tropical

⁷ Segundo o pesquisador da Embrapa, Adriano Stephan Nascente, "A doença-do-Panamá ou mal-do-Panamá é uma doença endêmica em todas as regiões produtoras de banana do mundo. É causado pelo fungo *Fusarium oxysporum*. As principais formas de disseminação da doença são o contato dos sistemas radiculares de plantas sadias com esporos liberados por plantas doentes e, em muitas áreas, o uso de material de plantio contaminado. O fungo também é disseminado por água de irrigação, de drenagem, de inundação, assim como pelo homem, por animais e equipamentos. Plantas infectadas exibem um amarelecimento progressivo das folhas mais velhas para as mais novas. Posteriormente, as folhas murcham, secam e se quebram junto ao pseudocaule dando-as a aparência de um guarda-chuva fechado. Internamente, observa-se uma descoloração pardo-avermelhada na parte mais externa do pseudocaule. Já a *Sigatoka* é a que atualmente vem trazendo maiores preocupações para produtores e pesquisadores. O fungo foi descrito pela primeira vez em 1963 nas Ilhas Fiji, distrito de Sigatoka, com a denominação de estria negra da bananeira, sendo conhecido por *mycosphaerella fijiensis*. Esta doença se alastra nas folhas da bananeira, causando uma rápida decomposição foliar, reduzindo a capacidade fotossintética da planta, podendo causar-lhe a morte, antes mesmo da formação do cacho de frutos." NASCENTE, A. S. A cultura da banana e suas doenças: A *Sigatoka* e o mal-do-Panamá. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=126>>. Acesso em: 03 de abril de 2008.

(MARQUARDT, 2002, p.6-7)⁸. As poucas plantações que permaneceram na costa atlântica e mesmo as da costa pacífica continuaram a sofrer com o fungo da *Sigatoka*. Em 1935 a *Standard Fruit Company*, de Honduras, importou a mistura fungicida *Bourdeaux*, composta entre outros elementos por sulfato de cobre, a qual se mostrou bem efetiva no combate às pragas, mas extremamente nociva aos seus aplicadores. (MARQUARDT, 2002, p. 10)

Os trabalhadores

Quando apontei anteriormente que os trabalhadores da United eram obrigados a comprar os produtos de primeira necessidade fabricados pela própria Companhia, referia-me ao sistema de cupons a serem trocados por mercadorias nos *Comisariatos*, tipo de armazém de propriedade das companhias (CARDOSO e BRIGNOLI, 1977, p.189). O trabalhador recebia, juntamente com seu soldo, cupons que somente poderiam ser trocados nestas vendas da Companhia, ou se preferisse, recebia em dinheiro para comprar em outros estabelecimentos, o que nunca ocorria, pois quase não existia comércio além dos *Comisariatos*. Um trabalhador da *Standard Fruit* de Honduras mostrou, em um jornal da época, sua indignação contra os *Comisariatos*, dizendo que a United além de explorar suas energias, impedia que ele usasse o produto de seu trabalho como bem entendesse (CARDOSO e BRIGNOLI, 1977, p.291). Além disso, os salários eram pagos em dólar, o que ocasionava perdas ao trabalhador na hora de realizar o câmbio para a moeda nacional, e os atrasos de pagamento eram freqüentes. Enquanto os trabalhadores reivindicavam o recebimento semanalmente, a Companhia pagava a cada trinta ou até quarenta dias e, se necessitassem de assistência médica, os serviços eram descontados de seu salário.

Quanto à habitação, sua qualidade estava diretamente ligada ao cargo ocupado dentro da United, ou seja, diretores, administradores e intendentess possuíam as melhores casas (do tipo bangalô), bem equipadas e amplas. Os empregados medianos como os *contratistas* (capatazes) também possuíam boas habitações, porém mal localizadas, como à beira das ferrovias. Havia, também, espaços reservados para construção de igrejas e escolas

⁸ As pragas nas plantações bananeiras agiram com maior intensidade na Costa Rica, durante a década de 1950. A *Doença do Panamá* aparece pela primeira vez na Costa Rica em 1910. (MARQUARDT, 2002)

(KEPNER e SHOOTIL, 1957, p. 36). Já os peões, viviam em alojamentos pequenos e mal ventilados, todos pintados como “viruelas amarillas, color que, menos cuando se halla junto a las palmeras o al océano, es monótono y deslumbrador.” (KEPNER e SHOOTIL, 1957, p. 38). Em sua maioria, as habitações dos peões não apresentavam boa infra-estrutura, nem sistema de esgoto ou água. Eram grandes barracões, alguns com pequenas varandas, que comportavam até três famílias diferentes.

A grande massa da população de ascendência espanhola, mais desfavorecida, compunha a maioria dos empregados da UFCo na Costa Rica, juntamente com os negros imigrantes – os quais além de sofrerem a mesma brutal exploração que sofriam os hispânicos, ainda tiveram que lutar contra uma forte discriminação racial: “Las tierras quedaban exhaustas como los trabajadores: a las tierras les robaban el húmus y a los trabajadores los pulmones, pero siempre había nuevas tierras para explotar y más trabajadores para exterminar.” (GALEANO, p.176).

Os primeiros negros foram trazidos para Costa Rica ainda em inícios do século XVI. Vieram como escravos para trabalhar nas plantações de cacau e se estabeleceram na região de Valle Matina, próxima à cidade de Cartago. Outra corrente migratória teve início na segunda metade do século XVII. A conquista da Jamaica pelos ingleses, em 1655, permitiu que corsários atacassem por várias vezes a costa atlântica, sem nunca conseguirem penetrar na região do Valle Central. Estes mesmos corsários se apossaram da região de *Mosquitia*, localizada nas costas de Honduras e Nicarágua. Uns poucos colonos ingleses e um grupo, mais numeroso, de escravos negros jamaicanos, todos fiéis à Coroa Britânica, logo se instalaram na região. Os negros não demoraram a misturar-se com os índios, assim como, com os escravos que fugiam da zona cacauera, que em um terceiro movimento migratório, fizeram da região das terras baixas, seu refúgio. Com a produção de cacau em declínio, deu-se início a produção de café. No entanto, a região foi abandonada pelos colonos ingleses logo em seguida, ao constatarem que um canal navegável (de seu interesse), entre Costa Rica e Nicarágua, nunca seria construído (OLIEN, 1967, p. 57-58).

Os negros antilhanos, contratados para trabalhar na indústria bananeira costarriquenha na primeira década do século XX, já vieram em situação bem distinta de seus antepassados. Eles não poderiam ser (nem permitiriam que fossem) tratados como escravos. Compunham a segunda geração pós-abolição das Antilhas e apresentavam ideais

políticos, sociais e religiosos consolidados, assim como, uma identidade nacional bem definida.

De colonização inglesa, os negros jamaicanos eram os mais politizados e foram os que mais lutaram pela preservação de uma identidade cultural coletiva. Formaram, às margens da United, congregações religiosas, clubes, sociedades de ajuda mútua, cooperativas e, até mesmo, *comisariatos* comunitários. Sedimentaram sua base de resistência à dominação da Companhia em sua fidelidade à Coroa Britânica, no ideário religioso protestante não-conformista e na tradição religiosa africana. Suas reivindicações e protestos, geralmente não eram de caráter classista, por melhores condições de trabalho ou pelo aumento dos salários, mas sim, de caráter racial e cultural. (CHOMSKY, 1995, p. 22)

Os trabalhadores antilhanos sofreram com o racismo e intolerância provindos de todos os lados. Dos trabalhadores hispânicos, dos oficiais da United, da elite e governo costarriquenhos, até mesmo de uma "elite antilhana"⁹ formada por pequenos produtores. Na realidade, os antilhanos foram os primeiros trabalhadores da UFCo sistematicamente contratados na Costa Rica, uma vez que a Companhia se viu obrigada a importar mão-de-obra, pois, até a década de 1920, os costarriquenhos não se entusiasmaram muito em deixar o Valle Central para trabalhar na costa atlântica (CHOMSKY, 1995, p. 21). Por conta disso e por dominarem o idioma inglês, os antilhanos (principalmente os jamaicanos) ocupavam os cargos mais altos e mais bem remunerados. Não eram todos que trabalhavam na *línea* (denominação das plantações da costa atlântica), eram *contratistas* ou administradores de *comisariatos*. Além disso, por serem estrangeiros, os antilhanos não se envolviam em movimentos trabalhistas ou sindicais, assim como não participavam de greves, por temerem uma ação de deportação. Os trabalhadores negros não-costarriquenhos somente tinham interesse em juntar algum dinheiro e retornarem aos seus países de origem, o que aferrava ainda mais a segregação entre negros e hispânicos (CHOMSKY, 1995, p. 22). Somado a

⁹ Desde antes mesmo da fusão entre as empresas de Minor Keith e Andrew Preston e Lorenzo Baker, Keith já havia estabelecido negócios com algumas ilhas antilhanas. A Jamaica, por exemplo, apresentava um considerável número de pequenos proprietários de plantações de banana que faziam negócio com a empresa de Keith e posteriormente, com a United Fruit Company. Com a intenção de expandir seus negócios, estes pequenos proprietários instalaram-se na Costa Rica a fim de travar relações mais estreitas com a empresa estadunidense. Sendo assim, por já serem pequenos proprietários, se encontravam em uma situação economicamente melhor do que a dos negros antilhanos despossuídos que chegavam para trabalhar nas grandes zonas bananeiras da United Fruit Company, formando, assim, uma elite (econômica) negra. (CHOMSKY, 1995, p. 23)

isso, ainda havia conflitos de caráter religioso, pois os hispânicos em sua imensa maioria eram católicos e os negros, protestantes.

Um episódio narrado pela autora Aviva Chomsky ilustra bem as ações repressivas da United para com seus trabalhadores negros. Em 1910 a comunidade jamaicana fundou a *Artisans and Laboures' Union* e a primeira medida tomada foi declarar o 1º de agosto, dia da Emancipação Jamaicana – que possui grande valor simbólico, pois é o dia em que se faz a total distinção entre um trabalhador e um escravo (CHOMSKY, 1995, p. 22) – como sendo feriado e, portanto, dia isento de trabalho. No dia seguinte, seiscentos trabalhadores da comunidade jamaicana foram presos.

No mesmo momento, ambos os lados apelaram ao poder do Estado. Os jamaicanos presos já não puderam deixar de reclamar dos salários atrasados, do sistema de cupons, do precário atendimento médico e até de torturas enquanto estavam presos, a pedido da própria Companhia e com conivência das autoridades policiais. A Companhia por sua vez, denunciou que a *Artisans and Laboures' Union* era uma ameaça à indústria bananeira costarriquenha, que seus líderes eram “elementos perigosos” e deveriam ser imediatamente deportados. Os jamaicanos presos também recorreram ao cônsul inglês, mas não obtiveram ajuda alguma. A pouca presença institucional do governo na zona atlântica não colaborou com nenhuma das partes, o que fez com que a United agisse de acordo com suas próprias regras: demitiu todos os trabalhadores, que foram presos, e os substituiu por negros da ilha de Saint Kitts (CHOMSKY, 1995, p. 22-24).

Discriminados pelos trabalhadores hispânicos, reprimidos por seus superiores dentro da UFCo (embora ocupassem os melhores cargos), os negros eram segregados também pelos próprios negros. A comunidade negra na Costa Rica abrigava diferentes etnias e uma significativa “elite” acabou se formando, da qual faziam parte pequenos proprietários de terra independentes que negociavam diretamente com a United (HARPELLE, 1994, p. 45).

Ao contrário dos trabalhadores jamaicanos, que lutavam por preservar e reafirmar sua identidade cultural, juntar dinheiro e retornar às suas pátrias-mãe, esta elite negra estava interessada em fincar raízes na Costa Rica. Muitos tinham o desejo de se tornarem cidadãos costarriquenhos e, para tal, procuravam manter boas relações com o governo e com a UFCo. E uma maneira de estar em dia com seus deveres de cidadão, era denunciar práticas e ações que pudessem, de alguma maneira, atingir a United ou o governo. Foi o que

aconteceu, quando em 1936, começaram a correr relatos da prática de “rituais de feitiçaria” em Puerto Limón (HARPELLE, 1994, p. 48). Muitas denúncias de “rituais selvagens e perigosos” foram feitas por membros da própria comunidade antilhana. O editor do *Diario de Costa Rica*, jornal porta voz da opinião da elite antilhana de Limón, afirmou que estes rituais atraíam apenas as “camadas mais baixas” da comunidade e chegou a redigir uma petição ao Secretário de Estado da Costa Rica, pedindo a expulsão do país dos praticantes da *Pocomia*, tipo de tradição africana (HARPELLE, 1994, p. 49).

Essa elite antilhana gozava de certos privilégios por ser composta de produtores independentes, mas nem por isso era mais considerada pela United ou pelo governo, os quais não hesitariam em cortar estes mesmos privilégios repentinamente. E se os trabalhadores negros despossuídos eram altamente discriminados pelos hispânicos, essa "elite negra mais abastada", corria risco permanente de ser atacada. Sendo assim, mesmo desfrutando de uma posição econômica melhor do que a dos outros negros, tal elite não obteve sucesso nos âmbitos político e social, também sofrendo atos de discriminação e intolerância.

Por outra frente, a migração negra e o emprego de antilhanos pela United começavam a ser criticados pela classe média branca costarricense, também constituída por pequenos proprietários¹⁰. Na realidade, o que ela queria era frear a liberdade fiscal da Companhia e que esta passasse a reinvestir seus lucros internamente:

Pero desde principios del nuevo siglo, cuando la nación [leia-se classe média] se da cuenta de que la industria bananera es en realidad un monopolio constituido a favor de una empresa extranjera, y que sus beneficios van a parar en su mayor parte al exterior, se forma y crece una opinión que demanda la imposición de tributos al negocio, y que logra al fin – contratos firmados en 1909 con la Unied Fruit Company – la débil conquista de un impuesto único y no mayor de un centavo oro sobre cada racimo exportado durante un lapso de 20 años. (FACIO, 1972, p.57).

Sob o pretexto de “ajudar” os trabalhadores hispânicos, que se sentiam acuados pela contratação dos negros antilhanos, a classe média inicia uma verdadeira “cruzada

¹⁰ Era a classe média – constituída em parte, por pequenos proprietários de fincas e que não podiam fazer negócio direto com o mercado externo, por conta das leis de exportação que favoreciam a Companhia – que apresentava maior interesse em "fiscalizar mais de perto" os ganhos da United Fruit Company. Os proprietários de plantações de café – ainda existentes e em plena atividade –, por exemplo, não viam os negócios da Companhia como ameaça à exportação de seu produto. (HARPELLE, 2000, p.6)

nacionalista” (HARPELLE, 2000, p. 5) contra a UFCo, no entanto, com reais interesses de ter um maior controle sobre a Companhia e seus dividendos. A fim de proteger os interesses nacionais, teorias racistas começaram a fazer parte das conversas dos setores médios. Na procura por um “bode expiatório”, os trabalhadores negros eram “ideais”, pois efetuavam as tarefas de maior responsabilidade dentro da United e recebiam os melhores salários (ainda que baixos). Ou seja, eram "estrangeiros roubando o trabalho dos costarriquenhos", sendo assim, eram mais que "culpáveis".

O ícone máximo desta “cruzada” foi a *Sociedad Economica de Amigos del País* (SEAP), tendo como base, políticas xenófobas e de proteção a uma indústria nacional. Tal Sociedade demandava o fim da migração e contratação de negros, a aprovação de leis de caráter racista e xenófobo, uma maior taxaço nos trâmites da empresa e que a total possessão das terras fosse entregue somente a cidadãos costarriquenhos de ascendência espanhola. (HARPELLE, 2000, p. 5) Ou seja, sob o pretexto de atender as demandas dos trabalhadores hispânicos, a classe média pretendia receber parte do lucro da United Fruit Company.

Quando em 1930 a Companhia anunciou que passaria suas atividades para a costa pacífica levando os trabalhadores negros, o Congresso Nacional (que apoiava a SEAP) aprovou uma lei que exigia que 60% da força de trabalho da UFCo fosse formada por costarriquenhos (HARPELLE, 2000, p. 7). A mesma SEAP persuadiu o Congresso a instaurar uma comissão de inquérito para avaliar as operações da UFCo em Limón, no intuito de encontrar irregularidades que pudessem romper o contrato da Companhia com o governo, antes do prazo acordado.

Em 1932, o presidente Ricardo Jimenez propôs um acordo que ao mesmo tempo acalmasse a classe média e não afugentasse os capitais estrangeiros. O novo contrato foi firmado em 1934, no qual a United se comprometia em não empregar negros em suas atividades na costa pacífica (na realidade foi aprovada uma lei que a *proibia* de fazê-lo). Em troca, o governo e a classe média costarriquenhos passaram a controlar parte majoritária, pois a United não se retirou totalmente da região de Puerto Limón, do processo de produção e exportação da empresa na costa atlântica, assim como, suas liberdades fiscais.

Mesmo com a separação geográfica dificultando o contato entre os trabalhadores e sua organização de oposição à United, foi ainda em 1934, mais especificamente em agosto, que estourou a Greve do Atlântico, com a adesão de quase 10.000 trabalhadores e com amplo apoio e participação do Partido Comunista Costarriquenho. (CARDOSO e BRIGNOLI, 1977, p. 282)

Os negros antilhanos sofreram discriminação e racismo institucionalizados, tanto pelo governo quanto pela United.¹¹ Foram segregados etnicamente por seus colegas hispânicos, assim como social e economicamente por uma elite negra. Foram, sem dúvida, de imensa importância para funcionamento e desenvolvimento da United. Por conta disso, não podemos considerar sua participação na história da Costa Rica de forma fatalista, como o faz o autor costarriquenho Rodrigo Facio:

Pero la Compañía, movilizandó sus actividades de un sitio a otro, de acuerdo únicamente con las necesidades y los intereses de la producción bananera, creó una población negra inadaptada al sentimiento patrio, económicamente improductiva y de naturaleza flotante, que inunda ya todo el país, sin beneficio para este ni para ella misma. (FACIO, 1972, p. 59)

*

A UFCo trouxe novos problemas e perpetuou os já existentes. As condições de trabalho de seus empregados eram fisicamente perigosas como, por exemplo, o alto teor tóxico dos produtos químicos usados contra as pragas, além disso, a malária e a dengue eram um perigo constante. A UFCo se opôs energicamente a qualquer intento de formação de sindicatos, simplesmente abandonava áreas inteiras se o movimento sindical começasse a ganhar posições firmes. Quando abandonava uma área destruía as plantações e toda estrutura de moradia (escolas, hospitais etc), deixando-a totalmente inutilizada. A companhia também praticou o racismo institucionalizado, além de incentivar os conflitos já existentes, como afirma Carlos Luis Fallas¹², membro do Partido Comunista, em discurso de 1955:

¹¹ Durante o combate aos “feiticeiros” e “curandeiros” de Limón em 1936, qualquer um que apresentasse qualquer “distúrbio físico” ao participar de rituais de magia, poderia ser esterilizado com respaldo da lei, a fim de afastar tal ameaça da sociedade. (HARPELLE, 1994, p.57)

¹² Carlos Luís Fallas, reconhecido escritor costarriquenho, foi membro do Partido Comunista e um dos líderes da Greve de 1934, após ter sido peão da United Fruit Company. Como literato, a experiência que teve como

La Compañía, para vivir a salvo de posibles rebeliones serias, azuzaba el odio de blancos contra negros y de negros contra blancos. Y tuvo éxito. Más de una vez, cuando los trabajadores negros, allá en la ciudad de Limón, exasperados intentaron rebelarse, los trabajadores blancos corrieron gustosos a ofrecerse para hacer abortar ese intento; por supuesto, los trabajadores negros, por su parte, correspondían con la misma moneda cuando eran los blancos los que intentaban protestar; y la Compañía explotaba tranquilamente a unos y otros por igual. Me cupo a mí el honor de participar en la campaña que organizamos para terminar con esa estúpida pugna que sólo a la United beneficiaba. Y lo logramos ampliamente.¹³

Em 1929, após o falecimento de Minor Keith, a United Fruit Company se fundiu à *Cuyamel Fruit Company* e à *Standard Fruit Company*, ambas de propriedade de Samuel Zemurray (detentor das exportações de banana em Honduras), o qual tornou-se acionista majoritário da UFCo. A United Fruit Company trocou seu nome para *United Brands* e enfrentou dificuldades financeiras durante o ano de 1970. Logo em seguida as terras da UFCo foram compradas pela *Corporation Del Monte*.

Em fins de 2005 e durante todo o ano de 2006, o tema da exportação de frutas tropicais fez-se presente em notícias de jornais. A Organização Mundial do Comércio interveio a favor do Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Venezuela e contra o aumento na taxa de sua banana nos mercados da União Européia. Os países latino-americanos reclamavam do tratamento preferencial, concedido pela União dos países europeus às exportações do Grupo de Países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP), que compreendem um contingente anual de 775

cortador de banana e organizador das greves dos trabalhadores da United foi fundamental. Experiência esta, que foi a base de *Mamita Yunai* (1941), sua novela mais conhecida e sem dúvida uma mostra relevante da literatura de protesto que abundou durante a década de 1940, em países da América Central. Em sua obra de maior repercussão, Fallas denunciou os abusos dos poderosos políticos e empresários locais e do imperialismo estadunidense, além de mostrar uma natureza que se fazia hostil para com os camponeses e trabalhadores da United. A primeira edição de *Mamita Yunai* foi publicada em San José, Costa Rica, em 1941, pela Imprenta Española Soley y Valverde e uma segunda edição foi publicada em 1949, em Santiago de Chile, pela Editora Nascimento (Sánchez, p. 485). Há uma outra edição chilena de 1972, da Editora Quimantu, cujo prólogo escrito por Joaquín Gutierrez, relata que a UFCO comprou todos os exemplares e os queimou. Uns dos poucos que se salvaram chegaram às mãos de trabalhadores. A novela se popularizou no Chile por conta da publicação de um poema de Pablo Neruda, em sua obra *Canto General*, dedicada a um dos personagens, o peão Calero: “*Mamita Yunai: ‘Yunai’, la manera popular de pronunciar el nombre del consorcio frutero, y ‘Mamita’, como una forma de ironizar la mala madrastra del pueblo costarricense.*” Prólogo de Joaquín Gutierrez à 2ª edição chilena, p. 6.

¹³ FALLAS, Carlos Luís. Discurso de Carlos Luis Fallas, Encontro do PCC de 1955. Disponível em www.epdep.com. Acesso em: maio 2005.

mil toneladas isentas de tarifas alfandegárias. Para por fim ao impasse, a Comissão Européia propôs a redução paulatina das alíquotas de importação de banana e das preferências alfandegárias concedidas aos países do ACP.¹⁴

Por um lado, para a maioria desses países, a exportação de bananas ainda é parte importante do total de produtos agrícolas que vão para fora. O caso mais significativo atualmente é o do Equador. Com uma média de 4,3 milhões de toneladas de bananas vendidas por ano, durante os últimos cinco anos, o Equador classifica-se no primeiro posto dos países exportadores da fruta, provendo, só ele, 25% do mercado mundial.¹⁵

Entretanto, para os povos centro-americanos (assim como venezuelanos, colombianos e equatorianos), durante décadas, as *Compañías Bananeras* foram a personificação dos Estados Unidos em seus países. Senhoras da vida e da morte de seus trabalhadores, as *Compañías* exploraram a terra e o homem, esmagaram sua indústria interna e aferraram a disputa agrária, a ponto mesmo de mudar a paisagem geográfica dos países latino-americanos em que atuaram.

BIBLIOGRAFIA

BRIGNOLI, Hector Perez. *Breve Historia Contemporanea de Costa Rica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____. *América Central: da Colônia à Crise Atual*. São Paulo: Coleção Tudo é História, Editora Brasiliense, 1983.

CARDOSO, Ciro F. S. e BRIGNOLI, Hector Perez. *Centro America y la Economia Occidental (1520-1930)*. San José: Editorial Universidad de Costa Rica, 1977.

CHOMSKY, Aviva. Afro-Jamaican Traditions and Labor Organizing on United Fruit Company Plantations in Costa Rica, 1910. *Journal of Social History*, Department of History, George Mason University, Fairfax, Virginia, USA, v. 28, n. 4, p. 837-852, 1995.

FACIO, Rodrigo. *Historia sobre Economia Costarricense*. San José: Editorial Costa Rica, 1972.

¹⁴ RUIZ, Marco Vinício. "Comunidades Europeas ofrecen acuerdo à América Latina para evitar conflicto en el caso de las bananas". Disponível em: Puentes Quincenal, v. III, n. 15, www.cinpe.una.ac.cr, site do Centro de Política Económica para el Desarrollo Sostenible. Acesso em: dez 2007.

¹⁵ Jornal *O Valor Econômico*, 14 de dezembro de 2005. Disponível em: www.valoronline.com.br. Acesso: dez 2007.

FALLAS, Carlos Luis. *Mamita Yunai*, Colección Quimantu Para Todos. Santiago de Chile: Editora Quimantu, 1972.

GALEANO, Eduardo. *Las Venas Abiertas de América Latina*. Montevideo: Ediciones del Chanchito, 6ª edição, 1999.

HARPELLE, Ronald N. Ethnicity, Religion and Repression: The Denial of African Heritage in Costa Rica. *Canadian Journal of History*, University of Saskatchewan, Saskatoon, Saskatchewan, Canada, v. 29, n. 1, p. 95-113, 1994.

KEPNER, C.D. e SOOTHILL, J. H. *El Imperio del Banano, Las Compañías Bananeiras contra la soberania de las naciones del Caribe*. Buenos Aires: Editorial Triángulo, 1957.

MARQUARDT, Steve. Pesticides, Parakeets, and Unions in the Costa Rica Banana Industry, 1938-1962. *Latin American Research Review*, University of Pittsburgh, Pittsburgh, Pennsylvania, USA, v. 37, n. 2, p.3-36, 2002.

MAY, Stacy e PLAZA, Galo. *The United Fruit Company in Latin America*. Washington: National Planning Association, Library of Congress, 1958.

OLIEN, Michael David. *The Negro in Costa Rica: The Ethnohistory of an Ethnic Minority in a Complex Society*, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da University of Oregon, ed. facsimil, 1967.